

Senador não terá direito a voto

O presidente da CCJ, Bernardo Cabral (PFL-AM), explicou que o artigo 132 do Regimento Interno do Senado proíbe que Arruda vote durante o processo em que está envolvido, mas não o impede de participar da reunião. O artigo diz que "o voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum". Para os integrantes do conselho, Arruda deveria rever sua posição. "Isso tudo é um problema ético", disse o corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP). "O bom senso seria ele se dar por impedido", completou Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Esforçando-se para conseguir apoio dos colegas, Arruda conversou com cada um dos membros do Conselho de Ética na tentativa de convencê-los de sua inocência e do direito de permanecer no órgão. O suplente dele, Antero Paes de Barros, não aceitou os argumentos e contra-atacou: "Ele quer cometer mais um cri-

me?", indagou. "Agora contra a ética?" acrescentou. "Só lamento por tudo isso, vou atrás da jurisdição." Justamente por conhecer a posição de Antero contra ele e ACM é que Arruda quer evitar que o tuca-no se sente em seu lugar no conselho. Mas Antero não deverá ter sucesso em sua empreitada. A liderança do partido não pode afastar Arruda porque ele foi eleito e cum-

pre mandato até o dia 28 de junho.

Empenhando em atrapalhar o processo que poderá levar à cassação de ACM, o PFL quer impedir a realização da votação aberta, na qual fica mais difícil negociar os votos. A decisão foi tomada ontem de manhã após reunião na liderança do partido, da qual par-

ticiparam Bornhausen, Edison Lobão (MA), Hugo Napoleão (PI), Geraldo Althoff (SC) e Francelino Pereira (MG). "A votação aberta é absolutamente inconstitucional", afirmou o advogado do partido, Márcio Tomaz Bastos.

Mas para Bernardo Cabral e Jefferson Péres, principais juristas do Congresso, encaminhar a votação aberta no Conselho de Ética é constitucional e viável. Segundo eles, como não há refe-

rencia alguma no regimento sobre esse aspecto, os integrantes do órgão é que devem definir como realizar a votação. O presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), decidiu colocar a questão em discussão assim que houver requerimento indagando o assunto ou apenas na hora de votar o relatório, na quarta-feira. (AE)

► **Régimento impede que Arruda vote durante processo, no qual está envolvido**